

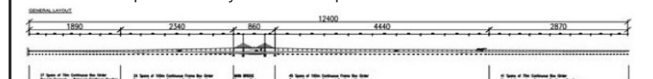
CONCESSÃO SISTEMA RODOVIÁRIO PONTE SALVADOR ILHA DE ITAPARICA S.A.

CNPJ: 38.327.308/0001-19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)				Demonstração do Resultado para o Período de 2 de Setembro a 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
Ativos/Circulantes	Nota explicativa	31/12/2020	Passivos e Patrimônio Líquido/Circulantes	Nota explicativa	31/12/2020		
Caixa e equivalentes de caixa	3	46.920	Fornecedores	5	1.450	Receitas (Despesas) Operacionais	
Outros créditos		1.023	Impostos e contribuições a recolher CP		24	Gerais e administrativas	8 (847)
Total dos ativos circulantes		47.943	Obrigações sociais e trabalhistas		93	Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro	(847)
Não Circulantes			Total dos passivos circulantes		1.567	Resultado Financeiro	
Outras Empresas		3	Não Circulantes			Receitas financeiras	9 1
Intangível	4	2.773	Partes relacionadas	6	190	Despesas financeiras	9 (192)
Total dos ativos não circulantes		2.776	Total dos passivos não circulantes		190	Total	(191)
Total dos Ativos		50.719	Patrimônio Líquido	7	190	Prejuízo do Período	(1.038)
			Capital social		50.000	Demonstrações do resultado abrangente para o Período de 2 de Setembro a 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)	
			Prejuízos acumulados		(1.038)	Prejuízo do Período	(1.038)
			Total do patrimônio líquido		48.962	Resultado Abrangente Total do Período	(1.038)
			Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		50.719	Demonstrações dos fluxos de caixa para o Período de 2 de Setembro a 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)	

1. Contexto Operacional: A Concessão Sistema Rodoviário Ponte Salvador Ilha de e foro em Salvador, no Estado da Bahia, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, tem por objeto a Construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador Ilha de Itaparica, pelo prazo de 35 anos, sendo o contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2020, conforme as seguintes fases: Fase 1: até 1 (um) ano, a partir da Data de Assinatura, destinado à obtenção das licenças necessárias, desenvolvimentos dos projetos, serviços e mobilização prévios ao início da Fase 2. Fase 2: até 5 (cinco) anos, a partir da Data de Assinatura para implantação do projeto e início da Operação Plena; Fase 3: até 35 (trinta e cinco) anos, a partir da Data de Assinatura para a operação do objeto. O quadro societário é composto pelas empresas China Communications Construction Company Limited, CCCC South America Regional Company S.A.R.L., China Railway 20 Bureau Group Corporation. É obrigação da Concessionária a execução das Obras e dos Serviços da Concessão, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento aos Índices de Desempenho e demais exigências estabelecidas no Contrato de Concessão e em seus Anexos. A ponte tem aproximadamente 12.400 m de comprimento, consistindo de um tramo principal estaiado com 860 m de comprimento, um tramo de acesso oeste (lado Ilha de Itaparica) com 4.230m de comprimento, e um tramo de acesso leste (lado Salvador) com 7.310m de comprimento. Layout Geral da ponte sobre a Baía de Todos os Santos:



A Concessionária será remunerada mediante: (i) Contraprestações Públicas. (ii) Arrecadação de Tarifas de Pedágio. (iii) Receitas Extraordinárias, nos termos do Contrato de Concessão. A Concessionária está autorizada a explorar as seguintes Receitas Extraordinárias, em toda a área da Concessão, desde que estas constem do Plano de Negócios apresentado quando da assinatura do Contrato: (i) Exploração comercial dos espaços para publicidade e estacionamentos. (ii) Exploração de fibra ótica. **1.1. COVID-19:** O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica e refletiu no atraso da assinatura do contrato de concessão, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema: • Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia. • Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas. • A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a Companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico. **2. Base para Elaboração e Políticas Contábeis:** **2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda Funcional e Moeda de apresentação:** A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como "Moeda Funcional", uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia está inserida. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

2.3. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: **2.4. Uso de estimativas contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **2.5. Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **2.6. Redução ao valor recuperável dos ativos:** Uma provisão para ajuste ao valor de recuperação do custo do bem ("impairment") é requerida quando os valores dos ativos registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de serem recuperados por uso ou por venda. A Administração da Companhia entende que não há indicação de perdas na realização de ativos, e, portanto, não há necessidade de constituição de provisão. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia por parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado. **Custo amortizado:** Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o Contas a Receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da

Itaparica S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de setembro de 2020, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, tem por objeto a Construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador Ilha de Itaparica, pelo prazo de 35 anos, sendo o contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2020, conforme as seguintes fases: Fase 1: até 1 (um) ano, a partir da Data de Assinatura, destinado à obtenção das licenças necessárias, desenvolvimentos dos projetos, serviços e mobilização prévios ao início da Fase 2. Fase 2: até 5 (cinco) anos, a partir da Data de Assinatura para implantação do projeto e início da Operação Plena; Fase 3: até 35 (trinta e cinco) anos, a partir da Data de Assinatura para a operação do objeto. O quadro societário é composto pelas empresas China Communications Construction Company Limited, CCCC South America Regional Company S.A.R.L., China Railway 20 Bureau Group Corporation. É obrigação da Concessionária a execução das Obras e dos Serviços da Concessão, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento aos Índices de Desempenho e demais exigências estabelecidas no Contrato de Concessão e em seus Anexos. A ponte tem aproximadamente 12.400 m de comprimento, consistindo de um tramo principal estaiado com 860 m de comprimento, um tramo de acesso oeste (lado Ilha de Itaparica) com 4.230m de comprimento, e um tramo de acesso leste (lado Salvador) com 7.310m de comprimento. Layout Geral da ponte sobre a Baía de Todos os Santos:

A Concessionária será remunerada mediante: (i) Contraprestações Públicas. (ii) Arrecadação de Tarifas de Pedágio. (iii) Receitas Extraordinárias, nos termos do Contrato de Concessão. A Concessionária está autorizada a explorar as seguintes Receitas Extraordinárias, em toda a área da Concessão, desde que estas constem do Plano de Negócios apresentado quando da assinatura do Contrato: (i) Exploração comercial dos espaços para publicidade e estacionamentos. (ii) Exploração de fibra ótica. **1.1. COVID-19:** O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica e refletiu no atraso da assinatura do contrato de concessão, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema: • Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia. • Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas. • A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a Companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico. **2. Base para Elaboração e Políticas Contábeis:** **2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda Funcional e Moeda de apresentação:** A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como "Moeda Funcional", uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia está inserida. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

2.3. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: **2.4. Uso de estimativas contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **2.5. Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **2.6. Redução ao valor recuperável dos ativos:** Uma provisão para ajuste ao valor de recuperação do custo do bem ("impairment") é requerida quando os valores dos ativos registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de serem recuperados por uso ou por venda. A Administração da Companhia entende que não há indicação de perdas na realização de ativos, e, portanto, não há necessidade de constituição de provisão. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia por parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado. **Custo amortizado:** Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o Contas a Receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da

Itaparica S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de setembro de 2020, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, tem por objeto a Construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador Ilha de Itaparica, pelo prazo de 35 anos, sendo o contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2020, conforme as seguintes fases: Fase 1: até 1 (um) ano, a partir da Data de Assinatura, destinado à obtenção das licenças necessárias, desenvolvimentos dos projetos, serviços e mobilização prévios ao início da Fase 2. Fase 2: até 5 (cinco) anos, a partir da Data de Assinatura para implantação do projeto e início da Operação Plena; Fase 3: até 35 (trinta e cinco) anos, a partir da Data de Assinatura para a operação do objeto. O quadro societário é composto pelas empresas China Communications Construction Company Limited, CCCC South America Regional Company S.A.R.L., China Railway 20 Bureau Group Corporation. É obrigação da Concessionária a execução das Obras e dos Serviços da Concessão, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento aos Índices de Desempenho e demais exigências estabelecidas no Contrato de Concessão e em seus Anexos. A ponte tem aproximadamente 12.400 m de comprimento, consistindo de um tramo principal estaiado com 860 m de comprimento, um tramo de acesso oeste (lado Ilha de Itaparica) com 4.230m de comprimento, e um tramo de acesso leste (lado Salvador) com 7.310m de comprimento. Layout Geral da ponte sobre a Baía de Todos os Santos:

A Concessionária será remunerada mediante: (i) Contraprestações Públicas. (ii) Arrecadação de Tarifas de Pedágio. (iii) Receitas Extraordinárias, nos termos do Contrato de Concessão. A Concessionária está autorizada a explorar as seguintes Receitas Extraordinárias, em toda a área da Concessão, desde que estas constem do Plano de Negócios apresentado quando da assinatura do Contrato: (i) Exploração comercial dos espaços para publicidade e estacionamentos. (ii) Exploração de fibra ótica. **1.1. COVID-19:** O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica e refletiu no atraso da assinatura do contrato de concessão, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema: • Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia. • Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas. • A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a Companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico. **2. Base para Elaboração e Políticas Contábeis:** **2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda Funcional e Moeda de apresentação:** A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como "Moeda Funcional", uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia está inserida. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

2.3. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: **2.4. Uso de estimativas contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **2.5. Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **2.6. Redução ao valor recuperável dos ativos:** Uma provisão para ajuste ao valor de recuperação do custo do bem ("impairment") é requerida quando os valores dos ativos registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de serem recuperados por uso ou por venda. A Administração da Companhia entende que não há indicação de perdas na realização de ativos, e, portanto, não há necessidade de constituição de provisão. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia por parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado. **Custo amortizado:** Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o Contas a Receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da

Itaparica S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de setembro de 2020, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, tem por objeto a Construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador Ilha de Itaparica, pelo prazo de 35 anos, sendo o contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2020, conforme as seguintes fases: Fase 1: até 1 (um) ano, a partir da Data de Assinatura, destinado à obtenção das licenças necessárias, desenvolvimentos dos projetos, serviços e mobilização prévios ao início da Fase 2. Fase 2: até 5 (cinco) anos, a partir da Data de Assinatura para implantação do projeto e início da Operação Plena; Fase 3: até 35 (trinta e cinco) anos, a partir da Data de Assinatura para a operação do objeto. O quadro societário é composto pelas empresas China Communications Construction Company Limited, CCCC South America Regional Company S.A.R.L., China Railway 20 Bureau Group Corporation. É obrigação da Concessionária a execução das Obras e dos Serviços da Concessão, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento aos Índices de Desempenho e demais exigências estabelecidas no Contrato de Concessão e em seus Anexos. A ponte tem aproximadamente 12.400 m de comprimento, consistindo de um tramo principal estaiado com 860 m de comprimento, um tramo de acesso oeste (lado Ilha de Itaparica) com 4.230m de comprimento, e um tramo de acesso leste (lado Salvador) com 7.310m de comprimento. Layout Geral da ponte sobre a Baía de Todos os Santos:

A Concessionária será remunerada mediante: (i) Contraprestações Públicas. (ii) Arrecadação de Tarifas de Pedágio. (iii) Receitas Extraordinárias, nos termos do Contrato de Concessão. A Concessionária está autorizada a explorar as seguintes Receitas Extraordinárias, em toda a área da Concessão, desde que estas constem do Plano de Negócios apresentado quando da assinatura do Contrato: (i) Exploração comercial dos espaços para publicidade e estacionamentos. (ii) Exploração de fibra ótica. **1.1. COVID-19:** O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica e refletiu no atraso da assinatura do contrato de concessão, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema: • Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia. • Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas. • A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a Companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico. **2. Base para Elaboração e Políticas Contábeis:** **2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda Funcional e Moeda de apresentação:** A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como "Moeda Funcional", uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia está inserida. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	2/9 a 31/12/2020	
Prejuízo do período		(1.038)	
Aumento nos ativos operacionais:			
Outros créditos		(1.026)	
Aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.450	
Impostos e contribuições a recolher		24	
Obrigações sociais e trabalhistas		93	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(497)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de intangível	4	(2.773)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.773)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de empréstimo com partes relacionadas	6	190	
Integralização de capital social	7	50.000	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		50.190	
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		46.920	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	46.920	
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		46.920	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Período de 2 de Setembro a 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Constituição da Companhia	7	10	-	10
Aumento de capital	7	49.990	-	49.990
Prejuízo do período		-	(1.038)	(1.038)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		50.000	(1.038)	48.962

9. Custos e Despesas por Natureza: Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

Custo de construção	2020
Custo e despesas com pessoal	(2773)
Consultoria e assistências	(748)
Outras despesas administrativas	(70)
Total	(3.620)
Classificadas como:	
Custo de construção	(2.773)
Despesas gerais e administrativas	(847)
Total	(3.620)

10. Resultado Financeiro

	2020
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	1
Total	1
Despesas financeiras	
IOF	(191)
Outras despesas financeiras	(1)
Total	(192)
Resultado financeiro	(191)

11. Instrumentos Financeiros: **12.1. Considerações gerais:** No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de câmbio e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e riscos inerentes. **12.2. Gestão do risco da taxa de juros:** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI. **a) Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. **b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Mensuração Contábil	2020	2019
Ativos financeiros	Mensuração Contábil	2020	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	46.920	
Outros créditos	Custo amortizado	1.026	
Total		47.946	
Passivos financeiros	Mensuração Contábil	2020	
Fornecedores	Custo amortizado	1.450	
Total		1.450	

c) Derivativos: A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020. **12. Seguros:** A Companhia mantém, no julgamento da sua Administração, cobertura de seguros considerada suficiente para cobrir as possíveis perdas as quais a mesma está exposta. O resumo das apólices vigentes, em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

	Importância segurada	Início	Vigência
Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços	106.617	12/11/2020	12/11/2021
13. Compromissos			2020
Contratos de prestação de serviços			
Concremat Engenharia e Tecnologia S/A			22.538
Sener Engenharia e Sistemas LTDA			4.884
Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo			493
Consultoria Marítima Ltda			123
Engapec Engenharia - ME			468
JMC Contabilidade Especializada			18
			28.524

Os contratos firmados entre